

O QUE ERA GOVERNAR NO BRASIL COLONIAL? UMA LEITURA DA ADMINISTRAÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA A PARTIR DAS CARTAS CHILENAS

ALAN RICARDO DUARTE PEREIRA¹

Resumo: Constituído um poema satírico em versos decassílabos escrito pelo ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga na capitania de Minas Gerais no século XVIII, as Cartas Chilenas retratam, simultaneamente, três figuras: Critilo escrevendo de Santiago do Chile e remetendo a Doroteu, na Espanha, as cartas sobre os atos despóticos do Fanfarrão Minésio. No entanto, ao olhar mais de perto se observa que tais figuras eram, no fundo, indivíduos da sociedade colonial em Minas Gerais: o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga (Critilo), o Cláudio Manuel da Costa (Doroteu) e o governador Luís da Cunha Meneses (Fanfarrão Minésio). Assim, partindo da trama tecida por Gonzaga, o presente trabalho tem como objetivo analisar a representação da administração colonial no documento produzido no século XVIII pelo ouvidor de Vila Rica na capitania de Minas Gerais.

Palavras-chave: Império português. Colonização. Literatura

Introdução

Em uma conferência de 1996 no Instituto de História do Tempo Presente², o francês Chartier (2011) afirma que debater, nos dias contemporâneos, a especificidade do conhecimento histórico é, talvez, caminhar *à beira da falésia*³. Tratando da relação entre história e literatura – ou, *grosso modo*, verdade e ficção – é necessário refletir, na concepção de Chartier (2011), uma questão fundamental: o lugar que a verdade ocupa entre o texto de ficção e a construção do mundo social. Ao considerar, igualmente, a presença de fórmulas retóricas – como a narrativa – na escrita da história, pressupõe, então, tomar consciência do aparecimento de *classes das narrativas*⁴.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pela UFG e Bolsista Capes.

² Essa conferência foi publicada e traduzida no Brasil sob a coordenação do historiador Marlon Salomon. Ver: CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (org). *História, verdade e tempo*. Chapecó/SC: Argos, 2011, p.347-370.

³ Ademais, essa expressão surge, afinal, no estudo que Michel Certeau realizou com base no livro do francês Foucault, *Vigiar e Punir*, e definiu-o, em termos gerais, como “à beira da falésia”. Retomando esta expressão, Chartier usa para problematizar, de maneira elementar, o debate da especificidade do conhecimento histórico entre incertezas e inquietudes. Ver: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002.

⁴ Para Chartier (2011), essa consciência dentro do campo historiográfico ligada a escrita – e, portanto, a textualidade discursiva – foi debatida, no contexto francês, por três historiadores: Michel de Certeau no artigo sobre a “operação historiográfica”. Também o filósofo Paul Ricoeur na obra “Tempo e Narrativa” e, por último, Jacques Rancière no livro “As palavras da história”. Acrescenta que, no bojo dessas discussões, o tema mais

Com efeito, se o conhecimento histórico está ligado, quase de maneira obrigatória, à escrita, significa, portanto, dizer que certa textualidade atravessa seu discurso⁵. No entanto, é possível perceber que, durante muito tempo, a história ignorou seu pertencimento às classes de narrativas⁶ – muitos estudiosos tentaram explicar, afinal, a razão dessa não-vinculação às classes narrativas, como o próprio Chartier – e, ainda, tentou fundar uma distância intransponível. O exemplo mais notório desse distanciamento é, sem dúvida, a chamada *escola metódica* que nasceu no final do século XIX com os eruditos franceses e cuidou de asseverar, como máxima para o conhecimento histórico, que o documento era, portanto, o lugar onde residia a verdade do passado. O historiador, nesse contexto, cabia realizar, a partir de um exaustivo procedimento de crítica interna e externa do documento, sua autenticidade e retirar, mecanicamente e integralmente, os fatos históricos e ordená-los cientificamente.

No entanto, quando analisamos o século XIX e a profissionalização do conhecimento histórico ao estatuto de ciência⁷ – ou, mais exatamente, como disciplina acadêmica –,

evocado era, com frequência, a narrativa. O artigo de Lawrence Stone iniciou o debate sobre o retorno da narrativa em história. Porém, essa volta da narrativa, segundo Chartier (2011) era, na verdade, uma falsa questão. O retorno da narrativa nunca aconteceu, pois, no fundo e inconscientemente, a narrativa não tinha desaparecido do discurso histórico. A postura mais enfática e esclarecedora nessa discussão foi, então, de Ricoeur. Esse filósofo francês demonstrou que “(...) a ruptura com a história factual não implicava necessariamente a ruptura com as figuras da elaboração da narrativa. A história, qualquer que seja ela, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, mesmo a mais conceitual, permanece sempre dependente das fórmulas que governam a produção de narrativas, seja de história, seja de ficção. A demonstração, fascinante, em *Tempo e Narrativa* retoma os três pontos que mencionei. De um lado, as entidades abstratas dos historiadores são, de fato, construídas como quase-personagens, dotados implicitamente de propriedades que são as dos indivíduos que compõem as coletividades que estas categorias designam. (CHARTIER, 2011, p.356)”.

⁵ Nesse sentido, a obra de Hayden White (2001) é fundamental para contextualizar a história dentro das classes das narrativas, isto é, a metáfora, metonímia, sinédoque e a ironia. Ver: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

⁶ Mais que considerar, no plano epistemológico, o não-reconhecimento do saber histórico com as classes de palavras, é necessário sublinhar, nesse contexto, certa idiosincrasia do próprio ofício do historiador. Ou seja “(...) historiadores são (ou devem, por excelência, sujeito desconfiados). Para nós, a glosa constantemente reiterada de que a história no século XX, durante seu processo de institucionalização ou disciplinarização era, sobretudo, política, naturalmente política ou relacionada aos eventos políticos, como se desde sempre tivesse sido esta a sua vocação, é uma dessas assertivas que merece senão questionamento, pelo menos algum nível de classificação. (NAXARA & CAMILOTTI, 2009, p.18)”.

⁷ Em contrapartida, com o alargamento do campo histórico efetivado, sobremaneira, com o grupo de historiadores franceses ligados a Escola dos Annales – ou, simplesmente, *Anais de História Econômica e Social* – o conceito de história foi reformulado e, em razão disso, o documento não era o portador de verdades irrefutáveis. Ao contrário, a importância de um documento dependia, em primeiro lugar, do historiador que o problematizava (tratava, em resumo, da história-problema em contraposição à história-narrativa). Mais do que conferir, de maneira minuciosa, a veracidade de um documento, a partir desse momento, o historiador buscava, portanto, questões e as levava aos documentos. Resumidamente, o documento não era – como acreditava os metódicos do século XIX – somente uma folha enegrecida de informações do passado, mas, antes e principalmente, tornava-se documento na medida em que o historiador pudesse, com efeito, lançar perguntas – mesmo que em muitos casos tais perguntas fossem, porém, insolúveis.

automaticamente, considera-se, segundo a perspectiva de Chartier (2002 e 2012), que a história não se vinculava/reconhecia a sua relação com as classes de palavras. Em um primeiro momento, e sem uma reflexão mais profunda, essa distância entre história e literatura era, tão somente, visível nos quadros históricos. No entanto, mesmo que essa separação entre os campos tornava-se, naquele período, o desiderato de cada área, por outro lado, é imprescindível acrescentar, conforme aponta Naxara e Camilotti (2009), que tal separação não estava, ao longo do século XIX, apaziguada ou simplesmente resolvida. Epistemologicamente, a literatura e a história somente emergiram como campos disciplinares e/ou autônomos no limiar da modernidade.

Com base nessas constatações, pode-se afirmar, em geral, que a relação entre literatura e história é pensada, então, a partir de dois modos contrapostos: primeiramente, o literário é tomado como substrato de inquirição pelo historiador (reconstituir, nesse contexto, a história propriamente dita). Por outro lado, e distintamente, o literário é tomado como substrato para o escrutínio de percepções ou representações (trata-se, portanto, de conhecer um determinado imaginário com base na obra literária).

O primeiro modo de abordar o literário – como substrato de inquirição para a reconstituição da história – é chamado de história social da literatura. Nesse tipo de abordagem a obra literária assume, certamente, o status de reconstituir, como a história, o passado de um povo. Assim, a obra não somente é capaz de representar, a partir de uma narrativa envolvente, os valores e ideias. Trata-se, antes, da própria história configurando-se como ato específico de retratar situações e momentos históricos. Para tanto, o escritor nesse tipo de obra assume, por conseguinte, um papel de reproduzir a mentalidade da época. Na verdade, pode-se falar, *grosso modo*, que o escritor não é o único responsável por elaborar, de maneira individual, a retratação de uma época. Mas, no processo de escrita, o autor somente – às vezes, passivamente – reflete seu meio social e político. Em certo sentido, e segundo Barthes (1988), o autor não é o centro das atenções, uma vez que, para ele, o autor morre. Dito de outra forma, para entender uma obra literária ou reconstruir sua essência, o autor não é visto, desse ponto de vista, como o único. Sua figura é, portanto, dessacralizada. Quer dizer, mesmo que a obra seja assinada pelo autor e constitua, com efeito, resultado de seu esforço criativo, às influências da sociedade conseguem imprimir, ao final de tudo, sua marca na obra

– e tal influência vai, sem embargo, desde o vocabulário utilizado até a representação de personagens e instituições⁸.

De fato, o literário é utilizado como substrato de inquirição pelo historiador com o fito de representar, mais do que a história, o passado de um povo. No entanto, ao lado dessa perspectiva, o literário também é usado, em contrapartida, como substrato de escrutínio de percepções, representações e figurações. Não se trata, nesse último caso, de ver no romance somente uma cópia fiel da época, mas, sobretudo, de considerar que, a partir do texto literário, é possível buscar o imaginário ou a temporalidade de uma sociedade. Verifica-se que “A literatura é, nesse sentido, tomada como lugar de boas perguntas acerca de um problema, como lugar de fecundação do pensamento. (...)”. (NAXARA & CAMILOTTI, 2009, p. 44)⁹.

Nesse contexto, a obra de intitulada *Cartas Chilenas* aparece, mais do que outro documento de cunho literário (ou até histórico), como uma forma para refletir, a partir de um ampliado debate teórico-metodológico, a relação entre história e literatura. Acima de tudo, é uma leitura da sociedade colonial na *terra brasilis*. Tal leitura da sociedade colonial é, em todos os aspectos, fundamental para compreender, a partir do próprio documento, a *práxis política* da governança em uma região em que o ouro foi, indubitavelmente, o sustentáculo de interesses e ajudou a construir – posteriormente ao *gold rush* em Minas Gerais e outras Capitanias – novas estratégias de colonização.

A relação entre história e literatura: as *Cartas Chilenas* e a administração no período colonial

⁸Nesse sentido, durante o século XIX e XX, a crônica é, por excelência, o tipo de gênero literário mais utilizado pelos autores ao considerarem, então, o literário como substrato de inquirição pelo historiador. Essa preferência pela crônica é justificada, em geral, pelo fato de atestar e confirmar, mais facilmente, a realidade de uma época.

⁹ É importante destacar, conforme alerta de Naxara e Camilotti (2009), a forma que a literatura foi utilizada no Brasil para refletir, sobretudo, a formação de uma consciência nacional. Deve considerar que “Se retomamos nosso ponto de partida com relação à produção historiográfica desenvolvida no Brasil, não é difícil constatar o quanto história e literatura estiveram e são aproximadas para se pensar as nações e nacionalidades (entre elas o Brasil) quando se trata de avaliar a sua importância para contar e cantar a nação – seja pela demarcação e atribuição de valor e significativo aos acontecimentos, seja pela procura de compreensão das relações estabelecidas no conjunto da sociedade (...). No entanto, não nos parece que tal recorte deva constituir aprisionamento da análise realizada *a posteriori* pelo historiador. Se literatura e história contribuem para a formação da nação – ou melhor, para a construção de seus símbolos –, a não ganha existência a partir delas, ou seja, não nos parece adequado que a produção literária sobre o Brasil seja ligada privilegiadamente na chave de formação da nação ou de uma crescente consciência da nação sobre si mesma. (...)”. (NAXARA & CAMILOTTI, 2009, p. 48).

Em geral, quando analisamos a sociedade colonial durante o século XVIII, os principais documentos responsáveis por retratar este período são, em grande parte, caudatários de uma visão oficial dos acontecimentos – por exemplo, os alvarás, relato dos governadores, leis, devassas, entre outros. É, portanto, nesse sentido que as *Cartas Chilenas* são revolucionárias, pois, ao permitirem uma aproximação mais sutil e menos enviesada da sociedade colonial, redimensionam, por conseguinte, uma nova percepção das relações entre a população local e o governador ou, ainda, esse tipo de documento é uma peça no mosaico que compõem a dinâmica da sociedade colonial.

Tal aproximação causada por estas cartas coadunavam, sem dúvida, com o processo de alargamento das fronteiras do conhecimento histórico – mais especificamente, a relação entre história e literatura a partir do momento que aquela utilizava esta para elaborar um conhecimento sobre o passado. Ao considerar, tanto no âmbito literário como histórico, as *Cartas Chilenas* uma fonte histórica, inevitavelmente, novas camadas da sociedade são visíveis e possibilitam, a partir de uma problematização refinada e embasada, novos olhares da sociedade colonial. Pode-se falar, sem embargo, de dimensões sensíveis que, dificilmente, aparecem nos documentos formais referente ao período colonial. Assim,

O historiador moderno, particularmente o *historiador das colônias* (...) desejaria ir mais fundo, isto é, estudar e conhecer as motivações internas, a sensibilidade; tudo quanto faz com que o ser humano seja essa coisa plástica, imprevisível, que a historiografia sociológica e a historiografia economicista reduziram a certos parâmetros (...). Esse nível é também o *nível ficcional* (...) se ele quer comprovar que realmente no século XVIII havia tais *tendências no campo da afetividade, ele vai à literatura e tira dela os testemunhos que lhe interessam, para compor uma história complexa, rica, que abraça o externo, mas também o interno*. (BOSI, 1993, p.138-139, grifo nosso).

As *Cartas Chilenas* estruturaram-se em versos decassílabos (uma média de 4.268 versos) reunidos, para tanto, em treze cartas – infelizmente, a 7^o e a 13^o estão incompletas¹⁰. O enredo apresenta, de maneira satírica, três figuras cruciais: Critilo escreve de Santiago do

¹⁰ As *Cartas Chilenas* têm uma longa história de organização e edição. Verifica-se que “As edições do panfleto foram baseadas em manuscritos apógrafos dos quais quatro estão em poder do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – mas somente um deles possui as treze “cartas” hoje conhecidas. Os outros três manuscritos relevam diferenças no número e na sequência das missivas satíricas, sugerindo a possibilidade de uma versão original com sete “cartas”, segundo o filólogo Rodrigues Lapa. Um quinto manuscrito foi encontrado na Biblioteca Pública de Belém por Vital Pacífico Passos, porém seu conteúdo é idêntico ao do códice 2.076 do IHGB, composto das setes primeiras “cartas”, sendo que a sétima é a oitava das edições mais recentes. Além disso, erros de grafia e variantes e variantes de versos, previsíveis em se tratando de manuscritos, tornam os quatro apógrafos do Instituto diferentes entre si. O manuscrito mais completo e confiável, ainda segundo Lapa, é justamente o que parece ter sido produzido já nos primeiros anos do século XIX, contendo “um texto melhorado estilisticamente, embora não seja talvez o texto que Gonzaga chegou a reformar”. (FURTADO, 1997, p.40).

Chile – por isso o nome de *Cartas Chilenas* – para seu amigo Doroteu, na Espanha, com o objetivo de criticar e mostrar, de maneira visível, o governo de Fanfarrão Minésio¹¹. Por conseguinte, é de fácil constatação que essas figuras são, na respectiva sátira, o governador de Minas Gerais Luís da Cunha Meneses (chamado nas cartas de Fanfarrão Minésio e no qual confluem, sobremaneira, às críticas), o ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga (Critilo e considerado o autor das cartas) e, por último, Cláudio Manoel da Costa (Doroteu que recebe às cartas de seu amigo Critilo). Vale dizer, então, que o cenário da sátira é, sem dúvida, Vila Rica na Capitania de Minas Gerais (Santiago no Chile)¹².

Na sátira – especialmente na parte do “Prólogo” – o autor desenha, segundo sua perspectiva, as origens das *Cartas Chilenas*: estava em algum porto do Brasil quando chegou um Galeão da América espanhola trazendo a bordo um cavalheiro instruído nas letras. Ao ter contato com esse douto, assegura o respectivo relato, começaram a estreitar certa amizade. Não demorou muito para que o mancebo lhe apresentasse, entre outros manuscritos, as *Cartas Chilenas*. Percebendo o valor literário e o exemplo contido nas cartas, o indivíduo que vivia no Brasil resolveu, quase que imediatamente, traduzir o manuscrito da língua espanhola para a língua portuguesa. Para além de satirizar as insolências de Fanfarrão Minésio, general no Chile, o autor sublinha, enfaticamente, com a tradução das cartas cumpriu um objetivo: “(...) um Fanfarrão Minésio pode também corrigir a desordem de um Governador despótico”. (GONZAGA, 2006, p.26).

Assim, ao visualizar esse cenário da sátira reconhece, portanto, que a escolha de “cartas” como recurso retórico e estilístico é, afinal, justificável. Ao escrever no formato de uma carta percebe-se, conforme assinala Furtado (1997), que somente um tema grave ou importante levaria, em última análise, alguém escrever de muito longe – Critilo escreve de

¹¹ Dependendo da versão, as *Cartas Chilenas* são antecedidas com a “Epístola a Critilo” – atribuído, segundo os estudos coevos, a Cláudio Manuel da Costa – “Dedicatória aos grandes de Portugal” e, igualmente, o “Prólogo”.

¹² Considera-se, de maneira geral, que “Não há dúvidas de que o poema está repleto de referências à administração de Luís da Cunha Meneses, governador da capitania de Minas Gerais de 1783 a 1788. É o caso da construção da Casa da Câmara e Cadeira de Vila Rica, hoje Museu da Inconfidência de Ouro Preto (MG), que aparece metaforicamente nas cartas 3ª e 4ª. Os festejos narrados nas cartas 5ª e 6ª guardam parentesco histórico com as comemorações do casamento do príncipe português D. João (futuro rei d. João VI) com a princesa espanhola d. Carlota Joaquina, realizadas na então capital mineira em maio de 1786. Os excessos de Minésio na administração das tropas militares, assunto da carta 9ª, apresentam inegáveis semelhanças com os abusos de Cunha Meneses na criação de regimentos auxiliares, repreendida pouco depois por Lisboa. Há também um correspondente satírico do santuário de Congonhas (carta 4ª) e, provavelmente, da ponte da rua São José, em Vila Rica (carta 11ª) – além de inúmeros nomes e criptônios que podem levar a certos personagens históricos”. (FURTADO, 2006, p.09).

Santiago no Chile para Doroteu na Espanha. Com efeito, a carta também permitiria, por assim dizer, uma maior liberdade. O tratamento informal e, às vezes bastante pessoal, da carta ajuda, então, a elaborar críticas pontuais. Para tanto, ao colocar em discussão os desmandos e arbitrariedades de Fanfarrão Minésio com seu amigo na Espanha, o autor das *Cartas Chilenas*, lança, a um só tempo, o convite para que o leitor mergulhe na sátira e aceite suas críticas. Não raro, a utilização de termos coloquiais e, frequentemente, um tom que evoca, em certo sentido, a conversa com um amigo – sempre utilizando, nas principais partes, o discurso direto – aproxima, portanto, o leitor do cenário em questão¹³.

Em razão de ser uma carta, o ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga, ao escrever as *Cartas Chilenas*, além de utilizar palavras coloquiais – exatamente com o fulcro de ser entendido por todos – deixa claro suas intenções: pretende elucidar, de forma excessiva, o governo do Fanfarrão Minésio para, com isso, criticá-lo. Nas suas palavras, o efeito desejado não é de louvor ao governo de Minésio, ao contrário, aponta que sua prática governativa provocou, na sua visão, horror e tédio na Capitania de Minas Gerais. Assevera para Doroteu que,

Não esperes, amigo, não esperes/Por mais galantes casos que te conte, / Mostrar no teu semblante um ar de riso/ Os grandes desconcertos, que excutam /Os homens que governam, só motivam /Na pessoa composta, horror e tédio /Em consequência, as *Cartas Chilenas*. (GONZAGA, 2006, p.55)

Com isso, a obra de Gonzaga não pretende, em hipótese alguma, ser imparcial e/ou escamotear, na sátira, os acontecimentos do governo de Minésio¹⁴. Na “Epístola a Critilo” – autoria de Cláudio Manuel da Costa que, na maioria das edições aparece, por sinal, como uma introdução às *Cartas Chilenas* – Doroteu, após ler todas as cartas de Critilo declara, peremptoriamente, que “Veja, ó Critilo [Tomás Antônio Gonzaga], do chileno chefe/ tão bem pintada a história nos teus versos/ *que não sei decidir qual seja a cópia/ qual seja o original*. (GONZAGA, 2006, p.183, *grifo nosso*)”. Assim, é comum encontrar palavras que, de uma maneira ou de outra, evocam, em todo o tempo, o exercício de retratar a referida época – retrato, espelho, pintura, fotografia, filme, por exemplo. De tal forma que,

¹³ Por exemplo: “Não cuides que te conte (p. 231)”; “Tu já tens, Doroteu, ouvido histórias (p. 233)”; “por mais galante casos que te conte” (p.233)”; “Ah! Dize, meu amigo, se podia (p.256)”; “Responde agora tu, por que motivo” (p.263); “Agora, Fanfarrão, agora falo/ contigo e só contigo (p.266)”.

¹⁴ Os exemplos mais triviais são, em resumo, essas assertivas: “se este chefe/ não fez ainda mais do que eu refiro (p.195)”; “Só sei que o que te escrevo são verdades” (p.205)”; “Duvidas que isto seja ou não verdade? / Então que hás de fazer, quando me ouvirdes/ contar desordens, que inda são mais calvas? (p.315)”; “não hás-de / duvidar do que leres, bem que sejam/ desordens que pareçam impossíveis (p.284)”.

As Cartas não apenas sugerem que ‘pintam’ os fatos acontecidos – eles efetivamente o fazem e as cenas observadas podem ser consideradas segundo os diversos tipos de imagens pictóricas do tempo. Existem, portanto, retrato, imagens, paisagens interiores, naturezas mortas, paisagens, cenas de costumes, grandes painéis, quadros ordenados que constituem uma história, quadros dentro de quadros, por vezes até retrospectivos, partes que se refletem para constituírem cenas, algumas fragmentárias, escuras (...). Para Critilo é essencial a fidelidade do retrato, haja visto a importância que atribui à aparência para a revelação dos caracteres humanos. (POLITO, 1990, p.200).

Nos estudos literários, a atenção dedicada às *Cartas Chilenas* circunscrevem, quase sempre, aos aspectos formais e estilísticos. Por outro lado, a historiografia sobre o tema aponta, de forma demasiada, os conflitos entre o governador Luís da Cunha Meneses e o ouvidor Tomás Antônio Gonzaga como resultado de interesses pessoais. No entanto, ao estudar esse documento de caráter literário e histórico não se aprofunda, com maior meticulosidade, a razão das críticas que levaram Gonzaga a escrever – mesmo que tais críticas fossem, sobremaneira, implícitas – sobre a administração de Luís da Cunha Meneses.

A imagem construída deste governo, segundo a maioria dos estudos, acaba cristalizando (somente) conceitos negativos referente à figura de Luís da Cunha Meneses e, talvez, disseminando uma concepção errônea da sociedade mineira – ou seja, marcada pela corrupção e abuso de autoridade¹⁵. Ademais, não se trata de desconstruir, de maneira completa e sem fundamento, a imagem que Gonzaga fez da administração de Meneses, mas entender, nesse contexto, o cruzamento de interesses pessoais e uma realidade que inexoravelmente exigiu, por conseguinte, atitudes não escritas em leis.

Para Lapa (1957 e 1958), o que prevalece em *Cartas Chilenas* é simplesmente a imagem negativa de Meneses. O apêndice documental que o autor conseguiu reunir atesta, uma vez mais, os abusos do governo de Meneses. De tal forma que a conclusão sobre os documentos da época e a pesquisa de Rodrigues da Lapa recaiu em dizer que “(...) Luís da Cunha Meneses foi em Goiás, o mesmo ditador insensato que Minas Gerais sofreu (...). (JÚNIOR, 1995, p.08)”.

Observa-se, no entanto, que a escrita das *Cartas Chilenas* não tem como o objetivo somente criticar a atuação de Luís da Cunha Meneses fortuitamente. Embora a historiografia sobre o respectivo documento aponte, de forma demasiada, que o ouvidor de Vila Rica,

¹⁵ Nessa vertente de interpretação pode-se citar Manuel Rodrigues Lapa em *As Cartas Chilenas, um problema histórico e filológico*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958 e, respectivamente, *Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957

Tomás Antônio Gonzaga, desejasse mostrar a verdadeira atuação política de Luís da Cunha Meneses na capitania de Minas Gerais por intermédio de suas arbitrariedades, o que prevalece, ao olhar com mais acuidade e a partir de uma perspectiva que leve em consideração o contexto da América portuguesa, é o *caráter pedagógico* – e não somente propagandístico conforme assinala a historiografia – do documento: personificando o arquétipo de um mal governo, as *Cartas Chilenas* promovem, acima de tudo, a valorização de um governo com virtudes. Assim, na leitura das *Cartas Chilenas* constata-se, com efeito, a lógica de argumentação de Tomás Antônio Gonzaga, qual seja: *criticar para, em seguida, mostrar (mesmo que implicitamente) como deve ser um bom governo*. Para tanto, longo na “Dedicatória” das *Cartas Chilenas* é visível, entre outros aspectos, a ênfase do autor na dualidade vício–virtudes,

Apenas concebi a idéia de traduzir na nossa língua, e de dar ao prelo as *Cartas Chilenas*, logo assentei comigo, que V. Ex. haviam de ser os Mecenias, a quem as dedicasse. São V. Ex. aqueles de quem os nossos Soberanos costumam fiar os Governos das nossas Conquistas: são por isso aqueles, a quem se devem consagrar todos os escritos, que os podem conduzir ao fim de um acertado Governo. Dois são os meios, por que nos instruímos; um, quando vemos ações gloriosas, que nos despertam o desejo da imitação; outro, quando vemos ações indignas, que nos excitam o seu aborrecimento. Ambos estes meios são eficazes: esta a razão, por que os teatros instituídos para a instrução dos Cidadãos umas vezes nos representam a um Herói cheio de virtudes, e outras vezes nos representam a um monstro coberto de horrorosos vícios. Entendo, que V.Ex. se desejarão instruir por um, e outro modo. Para se instruírem pelo primeiro, têm V. Ex. os louváveis exemplos de seus *Ilustres Progenitores*. Para se instruírem pelo segundo, era necessário, que eu fosse descobrir a Fanfarrão Minésio em um Reino estranho. Feliz Reino, e felices grandes, que não têm em si um modelo destes! Peço a V. Ex., que recebam, e protejam estas *Cartas*. Quando não mereçam a sua proteção pela eloquência, com que estão escritas, sempre a merecem pela *sã doutrina*, que respiram, e pelo louvável fim, com que talvez as escreveu o seu Autor Critilo. (GONZAGA, 2006, p.25, *grifo nosso*).

Seguindo essa perspectiva de argumento, o autor das *Cartas Chilenas* tenta, de todas as formas, oscilar entre os dois extremos: ora aponta os vícios de Fanfarrão, ora sumariza, em poucas palavras, as virtudes (ou a *sã doutrina*) esperadas de um bom governador. De tal maneira que, ao discutir sobre o governo de Fanfarrão Minésio-Cunha Meneses, é como se o ouvir de Vila Rica pretendesse, ao mesmo tempo, lançar uma crítica à figura do novo governo de Minas Gerais – trata-se de uma crítica essencialmente pessoal – e, por outro lado, refletia, mesmo sem saber conscientemente, como a administração de uma região aurífera era, sem dúvida, complexa. Assim, podemos inferir que para governar Minas Gerais não era necessário somente ter o sangue nobre – como, de fato, era Luís da Cunha Meneses – mas que o

governador trouxesse, ao lado de seu cargo honorífico, as virtudes. Isso fica evidente quando Gonzaga (ou Critilo) declara,

Pensavas, Doroteu, que um peito nobre/ Que teve Mestres, que habitou na Corte/Havia praticar ação tão feita/ Na casa respeitável de um Fidalgo/ Distinto pelo cargo, que exercia/ E mais ainda pelo sangue herdado? / Pois ainda, caro amigo, não sabias/ Quando pode a tolice, a vã soberba/ Parece, Doroteu, que algumas vezes/ A sábia natureza se descuida/ Devera, doce amigo, sim devera/ Regular os natais conforme os gênios/ Quem tivesse as virtudes de Fidalgo? Nascesse de Fidalgo, e quem tivesse/ Os vícios de vilão, nascesse embora/ Se devesse nascer, de algum laçao/ Como as pombas, que geram fracas pombas/ Como os Tigre, que geram Tigres bravos/ Ah! Se isto, Doroteu, assim sucede/ Estava a nosso Chefe [Luís da Cunha Meneses] ao próprio/ Para nascer Sultão do Turco Imério. (GONZAGA, 2006, p. 43).

Por conseguinte, os atos despóticos de Fanfarrão Minésio não configuram-se, ademais, como ponto de chegada das *Cartas Chilenas* e tampouco encerram, por consequência, toda crítica do documental. Ao contrário, toda crítica elaborada por Critilo à Fanfarrão Minésio é, em síntese, o ponto rico do documento, pois, em geral, é capaz de representar os conflitos e dissidências da práxis política numa região de minas. De fato, “(...) os fatos de Fanfarrão Minésio são motivos para reflexões sobre o bom exercício do mando, transcendendo o momento que as cartas foram escritas (...). (FURTADO, 1997, p.38)”.

Ao lado dessa perspectiva, é interessante elencar, no debate historiográfico, o trabalho de Joaci Pereira Furtado (1997) intitulado *Uma República de Leitores: história e memória na recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*, que objetivou analisar, detalhadamente, a influência das *Cartas Chilenas* e, respectivamente, as interpretações que os estudiosos elaboraram para esse documento. Segundo Joaci (1997), as *Cartas* foram estudadas a partir de dois procedimentos correlatos: primeiramente, o estudo da biografia de Gonzaga (uma biografia do autor) e, em segundo plano, o contexto antecessor da Inconfidência Mineira. De tal modo que esses procedimentos de estudos poderiam ser distribuídos, além disso, em três períodos. De 1845 a 1880 momento que as *Cartas* foram estudadas com base numa leitura romântica. Em consequência, o objetivo fundamental dessa leitura foi, então, extrair aspectos da nacionalidade brasileira. Em outras palavras, tratou-se de conhecer esse documento para observar o nascimento de uma consciência nacional e, portanto, como a sociedade se comportava frente à Coroa portuguesa em um contexto de crescente crise do poder lusitano.

O segundo momento de leitura das *Cartas* se restringiu ao período de 1880 e 1950. Para tanto, os historiadores e estudiosos, imbuídos de uma perspectiva positivista, não

buscavam somente características estéticas do texto, mas, sobretudo, a capacidade de estudar as *Cartas* como reflexo do real. Ou seja, compreendê-las como um documento histórico e, assim, extrair os fatos. O último momento de 1950 até os dias atuais representa, segundo o autor, uma maneira de estudar as Cartas em sua especificidade como texto poético. Nesse tipo de estudo procura-se, então, reduzir o caráter revolucionário que, segundo a historiografia, influenciou, decisivamente, o acontecimento de Inconfidência Mineira. Em resumo, trata-se

(...) um duplo crivo relativista, de natureza tanto subjetivista quanto classista, que faz com que elas ganhem um aspecto mais acentuado de programa partidário-pedagógico, em detrimento de sua caracterização como documento revolucionário-nativista. Tal mudança é vista, por Joaci, como índice de progresso intelectual na interlocução das *Cartas*, e, ainda mais, quando se especifica uma decorrência que lhe parece fundamental: nos novos estudos, admite-se a menor subordinação dos seus versos aos supostos fatos, e, desse modo, a maior liberdade significativa de seus próprios signos poéticos. (PÉCORA, 1998, p.154)

Nesse sentido, como estudar as *Cartas Chilenas* sem cair em reducionismos e superficialismos e, ao mesmo tempo, levar em consideração os aspectos literários e históricos? Trata-se, obviamente, de uma questão complexa e importa, mais ainda, de não descuidar determinados aspectos e, numa perspectiva inversa, promover a eternização de outros fatores insignificantes para a compreensão desse documento. Assim, para além dos dados que aparece no debate historiográfico e literário travado em torno desse documento, podemos aventar, mesmo que hipoteticamente, que a importância das *Cartas Chilenas* reside, basicamente, em dois aspectos: a) em certo sentido, a administração de Luís da Cunha Meneses metaforizado por Fanfarrão Minésio – ou seja, o que era governar no Brasil Colonial. Vale dizer, nesse contexto, que as *Cartas Chilenas* mostram, a partir a ação de Cunha Meneses, como era a governar em uma região aurífera: *a diferente entre lei e realidade*; b) conseqüentemente, pode-se perceber, nas *Cartas Chilenas*, outra questão-chave: *o contexto da sociedade colonial e, outrossim, a especificidade de cada capitania*.

O ouvidor Gonzaga lançou, de maneira áspera e contundente, o que poderíamos considerar, no plano administrativo e político, o seguinte aviso aos governadores e ministros do Brasil “Lê, diverte-te e não queiras fazer juízos temerário sobre a pessoa de Fanfarrão. Há muitos fanfarrões no mundo, e talvez que tu sejas também um deles, (...)”. (GONZAGA, 2006, p.26). Embora estivesse referindo-se a figura do governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses, a respectiva assertiva demonstra, em maior ou menor grau, um *aspecto geral*

da administração no Brasil Colonial e *específico*, qual seja: o fato que o (s) conflito (s) entre um ouvidor e governador não era (m) um caso isolado e acabou tornando-se, com o passar do tempo, uma prática generalizada. Assim, o debate entre esses indivíduos e outras instâncias da administração era, no Brasil, constante e afigurava-se, ademais, um campo eivado de discrepâncias e complexidades. De maneira mais elementar, segundo Aparício (1998, p.270) “Esta contenda entre Fanfarrão Minésio e o Ouvidor de Vila Rica representava, antes de mais, a luta entre a realidade e a lei”¹⁶.

Nessa vertente mais geral, percebe-se, então, que Gonzaga – indivíduo formado na Universidade de Coimbra e, portanto, conhecedor das leis da Coroa portuguesa – tinha como pressuposto a *lei* e os dispositivos legais da Coroa e, em razão de disso, acusava Luís da Cunha Meneses de governar a Capitania de Minas Gerais arbitrariamente ou de maneira corrupta. Por outro lado, ao levar em consideração o contexto que Luís da Cunha Meneses presenciava – tanto na Capitania de Goiás como Minas Gerais – suas ações estavam pautadas, sobretudo, na *realidade* de cada capitania. Todavia, embora seus interesses estivessem em consonância com as determinações legais da Coroa portuguesa, a realidade das capitanias levou-o, por conseguinte, a adotar medidas que extrapolassem leis e instâncias administrativas. No plano específico, o conflito entre ouvidor e governador era, no entanto, resultado de interesses pessoais. Segundo Critilo,

Por isso Doroteu, um chefe indigno é muito e muito mau, porque ele pode a virtude estragar de um vasto império. Indigno, indigno chefe! Tu não buscas o público interesse. Tu só queres mostrar ao sábio augusto um falso zelo, poupando, ao mesmo tempo, os devedores, os grossos devedores que repartem contigo os cabedais, que são do reino. (GONZAGA, 2006, p.88,).

Assim, é fundamental reconhecer – além dos aspectos gerais do Brasil Colonial que aparecem no documento – as *Cartas Chilenas* nasceram, antes, como uma *crítica pessoalidade* e direcionada à figura de Luís da Cunha Meneses. Nesse sentido, é um documento movido de interesses pessoais do ouvidor de Vila Rica que objetivou, de todas as formas, não somente criticar a figura Meneses, mas, especialmente, tornar visível para a

¹⁶ Além dessa obra de Lapa destacam-se, no plano historiográfico, as seguintes obras: FERREIRA, Delson Gonçalves. *Cartas Chilenas. Retrato de uma Época*. Belo Horizonte: Lemi, 1982. MACHADO, Lourival Gomes. Política e Administração sob os Últimos Vice-Reis. In: *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial. Administração, economia, sociedade* (dir. Sérgio Buarque de Holanda). São Paulo: Difel, 1985. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Inconfidência Mineira*. São Paulo: Global Editora, 1988.

Coroa e outras instâncias administrativas, as arbitrariedades deste governador. Portanto, deve-se compreender que,

Apesar do seu compromisso com e a metrópole, o ouvidor de Vila Rica foi também porta-voz da plutocracia mineira que se via, à época, afastada do poder pelo governador, que não hesitava em favorecer os grupos mais desfavorecidos em detrimento daquele. No entanto, apesar de não ser parte integrante da plutocracia mineira, tinha ligações fortes e bastante próximas. Pensamos que está é um premissa que importa colocar em evidência. É bom não esquecermos que o ouvidor chegou a Minas pouco tempo antes do governador Cunha Meneses, e que estava de partida para a Baía. Escritas da elite para a elite, as *Cartas Chilenas* denotam, elementos mineiros, o que acentua alguns traços de afinidade do autor com aquele povo, mas que não provam em nosso entender ligações definitivas, visto que o ouvidor não era plutocrata, mas sim burocrata proveniente do Reino. Mais do que critica global ao sistema, que esconde atrás de si disputas pessoais, com argumentos institucionais. (APARÍCIO, 1998, p.271-272).

Considerações finais

Em primeiro lugar, ao estudar a atuação de Luís da Cunha Meneses na Capitania de Minas Gerais é recorrente atribuir a esse governador uma imagem demasiada tirânica, despótica, autoritária, entre outros aspectos. Com a escrita das *Cartas Chilenas* pelo ouvidor de Vila Rica, Tomás António Gonzaga, consagrou, no meio literário e histórico, a figura de Cunha Meneses. Entretanto, ao olharmos, com acuidade, a atuação política do referido governador compreende-se, afinal, que era necessário coadunar os aspectos legais e o contexto de cada capitania, ou seja, *a lei e a realidade*. Assim, se de um lado a figura de Cunhas Meneses é construída sob o lastro da arbitrariedade, por lado, esse aspecto demonstra, de maneira mais elementar, que para efetivar uma administração foi preciso conhecer somente a lei, mas, antes, a realidade.

Em segundo lugar, as *Cartas Chilenas* são um exemplo notório de como a história e a literatura podem, sem embargo, relacionarem-se. Mais do que escolher um campo do conhecimento e desvalorizar o outro, a perspectiva interdisciplinar é, ademais, fundamental na compreensão desta relação. Portanto, segundo os pressupostos de Naxara & Camilotti (2009), pode-se afirmar, a partir destas constatações, que a relação entre literatura e história é pensada, então, a partir de dois modos contrapostos: primeiramente, o literário é tomado como substrato de inquirição pelo historiador (reconstituir, nesse contexto, a história propriamente dita). Por outro lado, e distintamente, o literário é tomado como substrato para o escrutínio de percepções ou representações (trata-se, portanto, de conhecer um determinado imaginário com base na obra literária).

Rerferências

APARÍCIO, João Paulo da Silva. *Governar no Brasil Colonial: a administração de Luís da Cunha Meneses nas capitanias de Goiás (1778-1783) e de Minas Gerais(1783-1788)*. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa: Lisboa, 1998.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense. 1988.p.65-70.

BOSI, Alfredo. Debatedores: Alfredo Bosi e José Carlos Sebe Bom Meihy. In: CHIAPPINI, Lígia. AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs). *Literatura e história na América Latina –seminário internacional, 9 a 13 de setembro de 1991*. Edusp, 1993, p. 135-141.

CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (org). *História, verdade e tempo*. Chapecó/SC: Argos, 2011, p.347-370.

_____. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2002.

FERREIRA, Delson Gonçalves. *Cartas Chilenas. Retrato de uma Época*. Belo Horizonte: Lemi, 1982.

FURTADO, Joaci Pereira. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Introdução. In: GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

LAPA, Manuel Rodrigues. *As Cartas Chilenas, um problema histórico e filológico*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

_____. *Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

MACHADO, Lourival Gomes. Política e Administração sob os Últimos Vice-Reis. In: *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial. Administração, economia, sociedade* (dir. Sérgio Buarque de Holanda). São Paulo: Difel, 1985.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira. Brasil e Portugal (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

NAXARA, Márcia Regina. CAMILOTTI, Virgínia. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente. *História: Questões e debates*, Curitiba, n.50, p. 15-49, 2009.

PECORA, Alcir. Documentação histórica e literatura: a propósito das Cartas Chilenas. In: *Revista da USP*. São Paulo, n.40, p. 150-157, dezembro/fevereiro 1998-99. Disponível em [:http://www.usp.br/revistausp/40/15-alcir.pdf](http://www.usp.br/revistausp/40/15-alcir.pdf). Acesso em: 25.07.2014

POLITO, Ronaldo. *A persistência das idéias e formas: um estudo sobre a obra de Tomás Antônio Gonzaga*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1990.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Inconfidência Mineira*. São Paulo: Global Editora, 1988.

SALOMON, Marlon (org). *História, verdade e tempo*. Chapecó/SC: Argos, 2011.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

